

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.532 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 1º DE AGOSTO DE 2002

Congresso reabre atividades. Senado define sua pauta hoje

Sessão prevista para as 10h de hoje marca reinício dos trabalhos legislativos do Senado. Ramez Tebet admite recesso branco por causa das eleições, mas diz que parlamentares votarão matérias importantes

PÁGINA 3



Os parlamentares estarão prontos para votar matérias necessárias à superação dos problemas da economia, segundo o presidente do Senado, Ramez Tebet

Fotos: José Cruz

Líderes de países de língua portuguesa inauguram mostra

PÁGINA 2



João Alberto relatou projeto da LDO na Comissão de Orçamento

Veto a alta do mínimo pode cair, diz senador

PÁGINA 4

Tabagismo é a maior causa de câncer de pulmão

O Brasil possui cerca de 30 milhões de fumantes, dos quais 12 milhões são mulheres. Dados do Instituto Nacional do Câncer (Inca) indicam que o tabagismo é diretamente responsável por 30% das mortes por câncer em geral e 90% das mortes por câncer de pulmão. O mercado nacional de cigarros movimentava cerca de 140 bilhões de unidades por ano e o Brasil é o maior exportador mundial de fumo, com US\$ 921,1 milhões em 2001.

Fonte: Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia/Secex



Fumante deve custear as doenças do vício

Projeto que será examinado pela Comissão de Justiça cria taxa de 50% sobre os preços do fumo e derivados.

PÁGINA 4

Senado busca reduzir violência doméstica

Vários projetos que coíbem a violência doméstica tramitam nas comissões permanentes do Senado, entre os quais o do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), propondo que agressões contra mulheres, crianças e idosos deixem de ser consideradas infrações de menor potencial criminal e passem a ser alcançadas pela legislação penal, com sanções mais duras para o acusado. O projeto tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Para o senador Carlos Bezerra, a questão não tem sido tratada de modo eficaz. Ele acha que o Congresso Nacional "tem

que apertar o cerco", aprovando projetos que tornem mais rigorosas as penas contra os agressores.

A violência doméstica também preocupa a senadora Emilia Fernandes (PT-RS), que apresentou projeto criando o disque-violência, a ser instalado em todo o país, com três dígitos, para facilitar a memorização.

De acordo com a sugestão, todas as delegacias da mulher e de polícia passariam a contar com o serviço. O projeto da senadora foi aprovado pelo Senado e aguarda votação na Câmara dos Deputados.

HOMICÍDIOS

Outro projeto que tramita na CCJ versando sobre violência doméstica é o da ex-senadora Luzia Toledo, que considera crime hediondo homicídios praticados no lar pelo pai, marido ou irmão. O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) apresentou emenda que também caracteriza como hediondos os crimes de lesão corporal praticados pelo marido contra a sua mulher. Segundo ele, o objetivo é inibir o comportamento violento dos homens em relação às mulheres.

Comunidade portuguesa visita Congresso Nacional

Fernando Henrique e demais dirigentes de países lusófonos serão recepcionados no Salão Negro por Ramez Tebet e Aécio Neves

Os presidentes do Senado, Ramez Tebet, e da Câmara dos Deputados, Aécio Neves, recebem hoje, no Salão Negro do Congresso Nacional, os presidentes e outras autoridades dos oito países que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Na ocasião, serão inauguradas as mostras *Objetos da Lusofonia, Retrospectiva de Malangatana* e *Um olhar fotográfico sobre a CPLP*.

Confirmaram presença o presidente Fernando Henrique Cardoso, bem como o primeiro-ministro da Guiné-Bissau, Alamará Nhassé, e os presidentes de Angola, José Eduardo dos Santos; de Cabo Verde, Pedro Pires; de

São Tomé e Príncipe, Fradique de Menezes; e do Timor-Leste, Xanana Gusmão, o mais novo membro titular da CPLP. Moçambique estará representado por seu chanceler, Leonardo Santos Simão, e Portugal, pelo seu embaixador no Brasil, Antonio Franco.

As exposições integram os eventos que marcaram a realização, em Brasília, da IV Conferência da CPLP, que foi encerrada ontem. O Brasil vai ocupar, nos próximos dois anos, a presidência da comunidade. Estarão presentes à cerimônia de abertura das mostras delegações estrangeiras e membros do corpo diplomático, além de deputados e senadores.

A mostra *Objetos da Lusofonia* apresenta peças de arte popular e da cultura tradicional dos oito países da CPLP, criando um espaço artístico comum unificado pela língua portuguesa. A *Retrospectiva de Malangatana* expõe 46 óleos, aquarelas e desenhos do artista plástico Malangatana Valente Ngweya, que revela, com suas cores e formas atraentes, a identidade de sua terra natal.

Como parte integrante das exposições, *Um olhar fotográfico sobre a CPLP* é composta por uma seleção de fotos jornalísticas recolhidas pela Agência Lusa, de Portugal, nos países da comunidade. As mostras estarão abertas ao público até o dia 15 de agosto.

Maguito quer proibir reeleição de dirigentes de entidades desportivas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve analisar neste segundo semestre proposta de emenda à Constituição (PEC) de autoria do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) que veda a reeleição, por mais de uma vez, dos dirigentes das entidades de administração do desporto.

A proposta, que altera a Lei Pelé, de 1998, determina também a inelegibilidade de cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do dirigente eleito para o mandato com exercício imediatamente anterior às eleições.

Maguito explicou que a medida tem por objetivo encerrar "as verdadeiras dinastias que se perpetuam nos cargos de direção das entidades desportivas, principalmente federações de futebol profissional espalhadas pelos esta-



Proposta de Maguito Vilela objetiva acabar com dinastias que se perpetuam nas federações

dos, com resultados nefastos para o desporto brasileiro".

— A alternância de poder, qualquer que seja o nível da instituição ou entidade, é de fundamental importância para a oxigenação de suas práticas e procedimentos — alertou Maguito, certo de que a PEC poderá abrir novos caminhos para que o desporto nacional, com destaque para o futebol, pos-

sa encontrar um novo rumo.

O relator do projeto na CCJ é o senador Álvaro Dias (PDT-PR), ex-presidente da CPI do Futebol. Ele é favorável à aprovação da matéria por entender que a PEC significa uma grande conquista democrática em prol da mudança, para melhor, na área do desporto, particularmente o futebol, lembrando que já apresentou emenda à PEC fixando os mandatos dos dirigentes em, no máximo, três anos, permitida a recondução por igual período.

Álvaro disse que a PEC irá inibir a perpetuação nos cargos de dirigentes mal preparados e mal intencionados, que, conforme observou, apropriam-se das entidades como se estas fossem propriedades privadas, "preenchendo seus quadros com parentes e apaniguados por mandatos infundáveis".

Projeto de Freire combate fraude em desapropriação

Projeto que permite à União, por iniciativa própria, ou por intermédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), requerer a revisão judicial dos valores pagos por desapropriações de imóveis para fins de reforma agrária será examinado brevemente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). De autoria do senador Roberto Freire (PPS-PE), a proposição determina que, por requerimento do governo, o juiz suspenderá provisoriamente o pagamento para que se proceda a nova avaliação.

A proposta prevê ainda que, sempre que as indenizações pagas pelo Incra forem exageradas, o valor excedente será considerado dívida ativa da Fazenda Pública, e além disso os responsáveis pela fraude ou pelo aumento injustificado ficarão sujeitos a ação penal. Roberto Freire explica que é comum o pagamento de indenizações absurdas, muito acima do valor de mercado do imóvel, nos processos de desapropriação para reforma agrária:

— O caso mais escandaloso aconteceu no Paraná, onde foram desapropriados 510 mil hectares entre 1971 e 84, na região sudoeste, em decorrência de conflitos fundiários gerados por fraudes e pela titulação indevida durante os anos 57/60 por parte do governo do estado, já que as terras pertenciam à União — disse o senador.

Freire argumentou também que as desapropriações, devido à demora na tramitação judicial, passaram a ser um grande negócio para os expropriados, que desrespeitam o princípio constitucional da "justa indenização".



Roberto Freire quer fim de indenizações absurdas

José Cruz



Carlos Bezerra quer maior rigor com agressores

Roosevelt Pinheiro

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Wagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impressa pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Fogaça: candidatos devem apoiar acordo com FMI

O senador José Fogaça (PPS-RS) apelou a todos os candidatos à Presidência da República para que se comprometam com um acordo emergencial do governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a fim de atenuar a crise cambial que o país enfrenta.



Roosevelt Pinheiro

Fogaça vê como "um alívio" recurso ao FMI para enfrentar a crise

Segundo Fogaça, um acordo até 31 de dezembro deste ano, por exemplo, seria inteiramente inócuo, porque depois haveria o salto no escuro, com o novo presidente.

— O recurso ao FMI, neste momento, não deve ser visto como um sacrifício, mas como um alívio. Nenhum investidor vai se acalmar com um acordo firmado apenas até o final do ano — disse o senador.

Fogaça admite que o candidato a presidente que apóia, Ciro Gomes, errou ao anunciar que vai acabar com as chamadas contas CC-5, que permitem a remessa de dólares para o exterior. O anúncio, disse o senador, precipitou a remessa de dólares, o que agravou a crise. Fogaça entende que a única forma de con-

trolar a legalidade dos dólares que saem do país pelas CC-5 seria por meio da lei de quebra do sigilo bancário.

Para Fogaça, a crise cambial tem um componente artificial, que é a eleição, e um estrutural, que é a crise de confiança que atingiu em cheio

os Estados Unidos, com as fraudes nos balanços das empresas. Há ainda o esgotamento do acordo feito com o FMI depois da crise da Rússia, em 1999. O senador teme que a crise cambial traga uma brutal recessão ao país, porque 20% do trigo consumido no Brasil é importado, assim como 20% do petróleo e mais 70% dos componentes de vários setores industriais de ponta, inclusive a telefonia.

— A desvalorização que o real vem sofrendo e o impulso que isso pode dar às exportações nem de longe vão compensar os enormes perigos que atravessamos. Grande parte da dívida pública, por exemplo, é em dólar, e os efeitos disso tudo podem ser desastrosos — frisou.

Congresso votará com rapidez propostas contra a crise, diz Lobão

O vice-presidente do Senado, Edison Lobão, assegurou que o Congresso Nacional "responderá com rapidez", caso o governo venha a propor medidas de caráter emergencial para superar a crise econômico-financeira. O senador garantiu que os parlamentares não se deixariam levar por "desconfianças de natureza política" de que tais medidas pudessem beneficiar o candidato apoiado pelo presidente da República, e se reuniriam para examiná-las em curto prazo.

— Não podemos subordinar o interesse nacional a quaisquer diferenças ou desconfianças de natureza política. O país é mais importante do que qualquer candidatura, e nós somos suficientemente inteligentes para saber o que é bom para o país — disse.



Roosevelt Pinheiro

Lobão frisa que "o país é mais importante do que qualquer candidatura"

A votação do projeto que acaba com a cumulatividade da cobrança do PIS-Pasep com a Cofins, chamado de "minirreforma tributária", poderá ocorrer com rapidez, "caso o presidente da República faça um pedido nesse sentido". Ele

observou que o Congresso terá até outubro "um recesso branco" por causa das eleições, mas deputados e senadores "largariam suas campanhas e viriam imediatamente a Brasília para uma votação considerada importante pelo governo".

Conforme o senador, o Congresso não tem a intenção de tomar a iniciativa, mas "responderá com rapidez se o governo achar que é fundamental votar uma proposta de urgência", porque a superação da crise econômica é uma necessidade que sensibiliza todas as correntes políticas.

Sessão de hoje reabre trabalhos legislativos

Ramez Tebet deve definir pauta de votações do Senado para a próxima semana, incluindo duas medidas provisórias

Uma sessão convocada para as 10h de hoje marca o reinício dos trabalhos legislativos do Senado depois do recesso de meio de ano. A sessão será aberta pelo presidente do Senado, Ramez Tebet.

Em princípio, neste início de semestre os senadores só votarão projetos nas sessões das terças e quartas-feiras; as outras reuniões serão não-deliberativas, nas quais os parlamentares apresentam e discutem suas idéias sobre os mais variados assuntos, mas não ocorrem votações.

Ramez Tebet reconhece que o Congresso terá nos próximos 90 dias um recesso branco, por conta das eleições de outubro, o que exige a presença dos parlamentares nas campanhas em seus estados.

— Se o governo considerar algum projeto importante para superar os atuais problemas da economia, bastará pedir sua votação ao Congresso que os deputados e senadores



Roosevelt Pinheiro

Ramez Tebet preside sessão que assinala o reinício dos trabalhos legislativos

voltarão a Brasília para cumprir o seu dever — afirmou Tebet.

Um desses projetos, se receber prioridade do governo, pode ser o fim da cumulatividade de cobrança do PIS com a Cofins, que vem sendo chamado de minirreforma tributária. O projeto encontra-se na Câmara pronto para votação.

Tebet decidirá hoje quais projetos serão incluídos para votação nas sessões das próximas terça e quarta. Duas medidas provisórias (MPs),

por terem sido assinadas pelo presidente da República há mais de 45 dias, deverão ter prioridade, como determina a Constituição.

A primeira medida provisória é a que reajustou o salário mínimo, no dia 1º de abril passado, para R\$ 200. Aprovada pela Câmara dos Deputados, falta agora o aval dos senadores à proposta do governo federal. O salário mínimo de R\$ 200 foi fruto de um acordo do governo com os parlamentares durante a discussão, em dezembro passado, do Orçamento da União para 2002.

A outra medida provisória que deve ser votada pelos senadores abriu créditos extraordinários para o Ministério da Integração Nacional e para a Justiça do Trabalho, no valor total de R\$ 124,2 milhões. Parte dos recursos (R\$ 9,2 milhões) destina-se à recuperação emergencial do prédio do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, no Rio de Janeiro, que se incendiou recentemente. Os R\$ 115 milhões restantes vão para obras de emergência de defesa civil no Nordeste e no Sul-Sudeste.

Waldeck Ornélas afirma que é urgente investir em rodovias

O senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) afirma que o governo federal deve investir com urgência na recuperação das rodovias federais em todo o País, cujo estado caótico representa sérios entraves ao escoamento da produção, criando, assim, dificuldades adicionais à retomada do crescimento econômico.

Na opinião de Waldeck Ornélas, quando o governo deixa de investir na infra-estrutura do País, alegando a necessidade de ajuste fiscal ou exigências de natureza macroeconômica, está, simplesmente, "dando um tiro no pé". Segundo o senador, recente levantamento feito pelo Ministério dos Transportes aponta a existência de problemas de sinalização e de conservação em cerca de 70% das rodovias federais. Dos 56 mil quilômetros de estradas sob o controle do governo federal, 15 mil quilômetros estão em más ou péssimas condições e outros 22 mil

quilômetros em situação apenas regular.

Ornélas lembra que a Confederação Nacional dos Transportes (CNT) apurou que as melhores rodovias federais encontram-se no Sul e no Sudeste do País, enquanto as piores estão no Nordeste. Ele se diz inconformado com o descaso do governo federal com relação às rodovias sob sua jurisdição. Em muitos trechos das rodovias federais que passam pela Bahia — exemplifica —, a velocidade média dos veículos não passa de 10 quilômetros por hora. Isso — explica —, além de encarecer enormemente o custo dos fretes, facilita em muito a ação de quadrilhas especializadas no roubo de cargas. "Por isso é que o problema tem de ser tratado de forma urgente" — acentua.

Investir em infra-estrutura, segundo Waldeck Ornélas, não traz qualquer prejuízo, em essência, às políticas fiscal e monetária em vi-



Célio Azevedo

Para Ornélas, investimento em rodovias favorece a retomada do crescimento econômico

gor. Ao contrário — observa —, favorece a retomada do crescimento econômico, o que significa que no momento seguinte o País vai dispor de maior renda e o governo de maior arrecadação.

Conforme Waldeck Ornélas, em 1975, o governo federal destinava o equivalente a cerca de 1,8% do Produto Interno Bruto (PIB) para investimentos no setor de transportes. Nos últimos dez anos — revela — esse percentual caiu para 0,2% do PIB. Em razão desse nível baixo de investimentos, a malha rodoviária federal cresceu pouco mais de mil quilômetros, enquanto a frota nacional de veículos aumentou mais de 60%.

João Alberto: Congresso deve garantir aumento do mínimo

Segundo o senador, pode ser derrubado o veto do presidente Fernando Henrique a artigo da LDO que reajusta o salário mínimo para R\$ 240

O senador João Alberto Souza (PMDB-MA), relator na Comissão Mista de Orçamento do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2003, advertiu que o Congresso Nacional "poderá derrubar" o veto do presidente Fernando Henrique Cardoso ao artigo que trata do aumento do salário mínimo, em abril próximo, de R\$ 200 para R\$ 240.

— O Congresso não vai aceitar tranquilamente a decisão e pode derrubar o veto. Todos os partidos aprovaram na Comissão Mista de Orçamento o acréscimo da reserva de contingência para pagar um salário mínimo melhor, em torno de R\$ 240 — observou.



"Legislativo não aceitará tranquilamente o veto", alerta João Alberto Souza

Com o veto, o valor da reserva de contingência do Orçamento da União para o ano baixou de R\$ 6 bilhões para R\$ 2 bilhões. A ideia dos deputados e senadores, ao aprovar em junho último a mudança na LDO, era dividir pelo

menos R\$ 5 bilhões entre a Previdência Social (que paga o salário mínimo a cerca de 13 milhões de aposentados) e as emendas dos parlamentares.

— Como havia acordo entre os partidos, acredito que o presidente quis mostrar que o governo está atento e não vai abrir mão de manter o superávit primário das contas públicas — disse o relator. "Creio que o presidente quis contribuir para acalmar o mercado."

João Alberto ponderou que o Legislativo tratará do salário mínimo para 2003 com o presidente que será eleito em outubro. "Estou convicto de que o Congresso não aceitará um salário mínimo abaixo de R\$ 240. Isso não chega sequer aos 100 dólares, valor tão desejado pelos deputados e senadores e até pelo governo."

Empresa que doar refeições poderá ter incentivo

Projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que estabelece incentivos fiscais a empresas que doarem refeições a pessoas carentes encontra-se na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pronto para ser votado. O relator, senador Pedro Simon (PMDB-RS), apresentou parecer favorável à proposta.

O projeto estabelece que pessoa jurídica regularmente inscrita no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) poderá deduzir do Imposto de Renda, até o limite de 3% do imposto devido, as despesas comprovadamente realizadas com doação de refeições a enti-

dades sem fins lucrativos.

Conforme o senador, a proposta objetiva incentivar os empresários a promover doações de alimentos preparados em suas cozinhas industriais. Alcântara destacou o alcance social do projeto, "que resultará em minimizar a fome de milhares de pessoas carentes". Ele ressaltou ainda que o valor do incentivo não cobrirá os custos da doação, mas reduzirá o dispêndio das empresas que fizerem doações de alimentos.

Pedro Simon acrescentou ao projeto artigo determinando que o Poder Executivo regulamentará a lei no prazo de 90 dias. O senador acrescentou ainda ao pro-

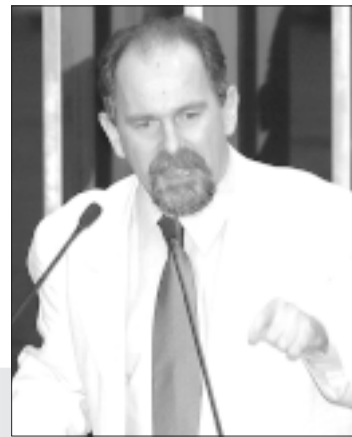


Lúcio Alcântara quer garantir dedução de Imposto de Renda às empresas que fizerem as doações

jeto dispositivo estabelecendo que a lei entrará em vigor no primeiro dia do exercício financeiro subsequente ao de sua publicação.



Geraldo Cândido é autor da proposta, que está na Comissão de Constituição e Justiça



José Eduardo Dutra, relator, apresentou parecer favorável à matéria

Projeto redefine falta grave cometida por sindicalista

Uma nova definição do que venham a ser as faltas graves cometidas por dirigentes sindicais, que caracterizam as situações em que esses trabalhadores podem ser demitidos, está sendo proposta pelo senador Geraldo Cândido (PT-RJ). O projeto, que está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para ser examinado, altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), detalhando os casos em que a imunidade sindical poderá ser suspensa.

A tipificação das faltas graves e sua apuração são regidas atualmente pela "aplicação analógica" e combinação de alguns artigos da CLT, lembra o relator da matéria, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que é favorável ao projeto. O artigo 482 da CLT, por exemplo, define os casos que constituem justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador, que vão desde o abandono de emprego, atos de improbidade, de indisciplina e de insubordinação, violação de segredo da empresa até condenação criminal do empregado, embriaguez habitual e prática constante de jogos de azar.

Geraldo Cândido detalha e torna mais precisa essas condições para a dispensa dos dirigentes sindicais. O senador assinala que não poderão ser computadas na contagem dos 30 dias corridos, para fins de caracterização de abandono de emprego, as ausências ou imp pontualidades do funcionário "quando decorrentes do desempenho de atividades sindicais". Outro exemplo é a definição do ato de improbidade como prática que revele desonestidade, abuso, fraude e má-fé.

O relator aponta, ainda, entre as inovações do projeto de Geraldo Cândido o acesso garantido dos trabalhadores com imunidade sindical ao local de trabalho e ao exercício de suas funções, quando for reconhecida a inexistência de falta grave.

Além disso, a proposta, que deve ser analisada em caráter terminativo na CCJ, determina que o contrato de trabalho do dirigente sindical ficará interrompido durante o inquérito para apurar se houve ou não falta grave. E o empregador será multado se suspender o pagamento de salário ao empregado, dentro desse período.

Proposta estabelece taxa de 50% sobre produtos do fumo

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deverá apreciar projeto de lei que cria taxa de 50% sobre os preços do fumo e derivados. A proposta visa garantir ao Ministério da Saúde recursos para o tratamento de doenças provocadas pelo uso desses produtos. A matéria deverá ser relatada pelo senador licenciado Bello Parga (PFL-MA).

Segundo dados apresentados

na justificativa da proposta, 12% dos óbitos registrados anualmente no Brasil são decorrentes de doenças provocadas pelo uso do fumo, que hoje representam a terceira maior causa das mortes ocorridas no país.

Vários países, conforme proposta do ex-senador Luiz Estevão, já adotam como princípio cobrar, dos próprios consumidores de fumo e seus derivados, os gastos

registrados pelo Estado no tratamento das doenças provocadas pelo produto. Nos Estados Unidos, por exemplo, o governo vem acionando judicialmente as indústrias do fumo, exigindo o ressarcimento dos gastos destinados à pesquisa e ao tratamento de doentes do tabagismo.

Segundo os defensores da cobrança, o fumante, como causador de sua própria doença, deve

ser o responsável financeiro, pelo menos em parte, de seu tratamento. Alivia-se, assim, o ônus que recai sobre o Estado e os contribuintes.

Há também a expectativa, segundo o autor do projeto, de que o aumento do preço final dos produtos do fumo contribua para reduzir a sua utilização. O aumento de preço do produto seria um desestímulo ao seu consumo.



Bello Parga foi indicado relator da proposta, que prevê recursos para tratamento de doenças do fumo